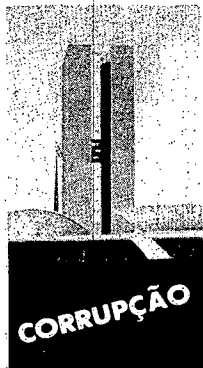


Itamar cria comissão para devassar o Executivo e coibir a corrupção

LUIZA DAMÉ



O presidente Itamar Franco criou ontem a comissão especial que vai fazer uma devassa no Poder Executivo para identificar e punir os focos de corrupção. Essa comissão — presidida pelo

ministro-chefe da Secretaria da Administração Federal, Romildo Canhim — tem poderes até mesmo para determinar a suspensão de procedimentos ou contratos que coloquem em risco o interesse público.

Conforme o decreto assinado pelo Presidente, a comissão especial vai assessorar o Congresso, em especial a CPI do Orçamento, nas investigações junto a órgãos e entidades da administração pública federal direta ou indireta. A própria comissão, formada por cinco membros nomeados pelo presidente da República, também poderá fazer investigações e diligências em atos e contratos do Executivo, além de recomendar a instauração de auditorias, sindicâncias e inquérito administrativo, acompanhando esses trabalhos.

Os resultados dos trabalhos desta comissão terão de ser relatados trimestralmente ao Presidente da República, a quem será sugerida a adoção de providências — até mesmo de natureza legislativa — com o objetivo de coibir ou corrigir atos contrários ao interesse público.

Todo o trabalho será feito em combinação com o Tribunal de Contas da União e com o Ministério Público Federal. Para isso, a comissão tem poderes para requisitar servidores, informações e documentos de qualquer órgão da administração federal.

Documentação — No caso de informações do setor privado, a comissão deverá elaborar representações e requerimentos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público para instauração de procedimentos judiciais e obtenção de documentos.

Toda a documentação requisitada ficará sob a guarda da comissão, que terá prioridade no atendimento por outros setores do Executivo, em especial da Advocacia Geral da União, secretarias de controle interno e conselhos fiscais.

Para realização de seus trabalhos e atribuições, a comissão contará com o apoio administrativo e de recursos da Secretaria Geral da Presidência da República e a Secretaria de Administração Federal. O regimento da comissão especial aprovado pelo Presidente da República vai detalhar as atribuições de seus membros.